

Entrevista com profissional da área como metodologia ativa para o curso de direito

Entrevista a un profesional en la materia como metodología activa para la carrera de derecho

Interview with a professional in the field as an active methodology for the law course

Eveline Lima de Castro¹

Centro Universitário Estácio do Ceará, Brasil

Marina Kataoka Barros²

Centro Universitário Farias Brito, Brasil

Raquel Figueiredo Barretto³

Universidade de Fortaleza, Brasil

Karla Angélica Silva do Nascimento⁴

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Resumo

As metodologias ativas têm um importante papel na formação dos alunos do curso de direito em razão da preparação destes para atuar, eficientemente, em atividades jurídicas práticas. Objetivou-se, com esse manuscrito, relatar a experiência de entrevistar um profissional da área de direito. A experiência foi realizada no primeiro semestre do ano de 2022, com alunos do primeiro semestre do curso de Direito de uma instituição de ensino superior privada de Fortaleza. Para a construção da análise do relato, usou-se o método fenomenológico e fez-se uma análise qualitativa a partir da experiência do uso de uma metodologia ativa no processo de ensino/aprendizagem. Finalmente, esse estudo demonstrou que o emprego de metodologia ativa no curso oportuniza um aprendizado mais sólido, consistente além dos alunos conseguirem colocar em prática os conhecimentos teóricos estudados nas disciplinas.

Palavras-chave: metodologia ativa; curso de direito; entrevista profissional.

Resumen

Las metodologías activas juegan un papel importante en la formación de los estudiantes de derecho debido a su preparación para actuar eficientemente en las actividades jurídicas

¹ Advogada. Professora. Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio do Ceará. Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: evelinelima.castro@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3097-1753>.

² Centro Universitário Farias Brito Tutora do Centro Universitário Farias Brito. Graduação em Letras. Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: marinakataoka@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3097-1753>.

³ Tutora da Universidade de Fortaleza. Graduação em Letras. Especialização em Ensino de Língua Portuguesa. Mestrado em Saúde Coletiva. E-mail: raquelfbarretto@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7589-4366>.

⁴ Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É docente do curso de Pedagogia, do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologias Educacionais do Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: karla.asn@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6103-2397>.

práticas. El objetivo de este manuscrito fue relatar la experiencia de entrevistar a un profesional en el campo del derecho. El experimento se realizó en el primer semestre de 2022, con estudiantes del primer semestre de la carrera de Derecho de una institución privada de educación superior en Fortaleza. Para construir el análisis del informe se utilizó el método fenomenológico y se realizó un análisis cualitativo basado en la experiencia de utilización de una metodología activa en el proceso de enseñanza/aprendizaje. Finalmente, este estudio demostró que el uso de una metodología activa en la asignatura proporciona un aprendizaje más sólido y consistente, además de permitir a los estudiantes poner en práctica los conocimientos teóricos estudiados en las materias.

Palabras clave: *metodología activa; curso de derecho; entrevista profesional.*

Abstract

Active methodologies play an important role in the training of law students due to their preparation to act efficiently in practical legal activities. The aim of this manuscript was to report the experience of interviewing a professional in the field of law. The experiment was carried out in the first semester of 2022, with students in the first semester of the Law course at a private higher education institution in Fortaleza. To construct the analysis of the report, the phenomenological method was used and a qualitative analysis was carried out based on the experience of using an active methodology in the teaching/learning process. Finally, this study demonstrated that the use of active methodology in the course provides more solid, consistent learning, in addition to allowing students to put into practice the theoretical knowledge studied in the subjects.

Keywords: *active methodology; law course; professional interview.*

1 INTRODUÇÃO

O ato de ensinar se torna cada vez mais complexo e diversificado diante das necessidades e dificuldades encontradas no cotidiano, exigindo não apenas conhecimento científico, mas habilidades capazes de possibilitar resultados eficientes durante a prática (Fonseca, 2008).

Na Constituição Federal (Brasil, 1988), no capítulo “Da educação, da cultura e do desporto”, seção “Da educação”, encontra-se: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, no plano infraconstitucional, a Lei n.º 9.394/1996 (LDB), em seu artigo 1º, parágrafo 2º, estabelece que a “educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Na sequência, em seu artigo 3º, inciso XI, destaca como um dos princípios do processo de ensino-aprendizagem a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Brasil, 1996).

Em consonância com a carta Magna, a LDB e as diretrizes curriculares

nacionais do curso de direito (Brasil, 2018) expressam claramente essa questão da prática profissional quando determinam que as IES, através dos PPC's dos cursos, contemplem, dentre outras coisas, "II - as competências, habilidades e os conteúdos curriculares básicos, exigíveis para uma adequada formação teórica, profissional e prática; III - a prática jurídica;".

Há ainda, nas diretrizes acima mencionadas, uma previsão expressa para que essa prática profissional se dê de forma interdisciplinar/ transversal durante todo o curso. Ou seja, há expressa normativa acerca da exigência do preparo para o trabalho durante a formação acadêmica do discente.

As atividades práticas, independentemente de área, estão voltadas ao aprendizado e desenvolvimento das competências e habilidades atinentes às respectivas profissões e seu desenvolvimento pode ocorrer em situações simuladas ou reais (Rodrigues, 2013).

Além disso, o uso de metodologias ativas no processo de formação discente permite que este seja a centralidade do processo de organização da aprendizagem, ou seja, a ação intelectual do professor e a representação do livro deixam de ser fontes exclusivas do saber na sala de aula (Pereira, 2012). Dessa forma, o professor passa a ser mediador dos conhecimentos, um facilitador do processo de aprendizagem.

Diante do exposto, este trabalho objetiva relatar a experiência de como um profissional da área de direito utilizou atividades práticas em suas aulas, pois vimos o quanto a prática é importante para a formação superior. Além disso, o uso de entrevistas (com profissional da área do direito, como no caso deste trabalho) foi escolhido porque oportuniza a vivência prática aos alunos, na ocasião estavam no primeiro semestre do curso no ano de 2022, no tocante ao emprego, em situações reais de uso, dos conteúdos estudados na disciplina de Leitura, Interpretação e produção textual, além do desenvolvimento de competências comunicativas e interpessoais.

Finalmente, ressalta-se a necessidade desta pesquisa, pois, como já dito anteriormente, as atividades práticas por meio das metodologias ativas permitem o reinventar da troca em sala de aula e ampliam o senso crítico dos estudantes deixando mais preparados para as vivências de sua profissão.

2 METODOLOGIA

Considerando que o uso de metodologias ativas traz o professor como mediador dessa aprendizagem e coloca o aluno no centro do processo de aquisição do conhecimento, fez-se um relato de experiência sobre as atividades propostas por um docente de ensino superior em suas aulas de Leitura e Interpretação de textos.

As turmas acompanhadas neste relato fazem parte do curso de Direito de uma Faculdade privada de Fortaleza, do primeiro semestre de 2022 nos turnos tanto manhã quanto noite.

Dentro do universo das disciplinas da matriz curricular, escolheu-se a de Leitura, Interpretação e Produção Textual que é ofertada no primeiro semestre do curso de direito e consta como obrigatória no curso. Tal interesse deu-se por compreendermos a importância que a leitura e escrita têm na formação acadêmica dos alunos (Sabbag, 2016).

A experiência iniciou com a professora da disciplina apresentando aos alunos a proposta de atividade (entrevistar um profissional do direito e apresentar a entrevista para toda a turma) como critério de avaliação/da segunda nota da disciplina. Em data previamente definida pela professora e informada aos alunos, com a devida antecedência, as apresentações aconteceram em sala de aula (no final do semestre). A experiência contou com a participação de todos os alunos da turma da manhã e todos os alunos da turma da noite.

Para fins de acompanhamento pedagógico, a professora realizava, periodicamente, atendimentos aos alunos para sanar dúvidas acerca da entrevista que deveria ser realizada. Vale ressaltar que a avaliação da evolução da atividade ocorreu em todas as fases, desde o início com a transmissão do conteúdo teórico, bem como na fase final: apresentação das entrevistas realizadas. O acompanhamento é fundamental para ponderar o grau de comprometimento e aprendizagem de cada aluno, e, dessa forma, a professora pode prestar auxílio individualizado para cada discente.

Quanto ao método utilizado, baseou-se no método fenomenológico para a construção desse relato, pois se tem como objeto o mundo enquanto é vivido pelos sujeitos. Uma vez que o intento da fenomenologia é, pois, o de proporcionar uma

descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese psicológica e das explicações causais que os especialistas podem dar (Prodanov, 2013).

Finalmente, quanto à abordagem, esse trabalho é qualitativo uma vez que, como conceitua Minayo (2007, p. 21), interessa-se pelo universo “dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Esse refletir é importante, pois os fenômenos humanos são parte da realidade social e este interpreta suas ações dentro e a partir da realidade que é vivenciada e partilhada com os seus semelhantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

“O Direito é a profissão da palavra, e o operador do direito, mais que qualquer outro profissional, precisa saber usá-la com conhecimento, tática e habilidade” (Sabbag, 2014).

No início do semestre de 2022.1, aos alunos fora apresentada a seguinte proposta: eles deveriam entrevistar um profissional da área do direito com o objetivo de fazê-los ter um contato mais próximo com a atuação de sua futura profissão. E apresentar, no final do semestre, o resultado da entrevista para toda a turma compartilhando as experiências vividas.

Os acadêmicos, no primeiro momento, assustaram-se diante da proposta, pois muitos alegaram que não conheciam advogados e que por isso não poderiam fazer a atividade/teriam dificuldade em realizar a proposta. Em especial, os estudantes do turno da noite apontaram que poderiam ter ainda mais dificuldades para realizar a atividade, uma vez que eles trabalhavam durante o dia e estudavam no turno da noite, ou seja, eles não teriam tempo para fazer a entrevista.

É fato é que para os alunos do primeiro semestre do curso de direito, independente do turno em que estudam, é mais difícil a realização de atividades práticas devido, além da disponibilidade de quem estuda no turno noturno, à falta de conhecimento técnico-científico- jurídico. Entretanto, a criatividade pedagógica pode (e deve!) oportunizar o contato do discente com a comunidade desde breve.

Diante disso, a professora explicou que eles poderiam tanto entrevistar os

profissionais do direito que lecionassem na instituição, como os profissionais que estivessem na IES para dar uma palestra/compor uma mesa, oficina ou ainda os alunos poderiam entrevistar os profissionais nas visitas técnicas que fossem realizadas ao longo do semestre.

Apesar dos primeiros momentos de tensão, os alunos realizaram as entrevistas e apresentara. No início das apresentações, os discentes estavam receosos, envergonhados. Porém, à medida que estas ocorriam, os estudantes se sentiam mais à vontade/menos envergonhados. Essa é uma postura considerada como normal, uma vez que não é sempre que os alunos são convidados, já no primeiro semestre, a fazer uma exposição oral perante toda a turma.

Durante os momentos de partilha, foi muito interessante observar que os alunos entrevistaram professores do curso, magistrados, defensores públicos, advogados. As perguntas versavam sobre a trajetória acadêmico-profissional do entrevistado, a relação entre a língua portuguesa e o curso de direito e sobre o mercado profissional da área jurídica.

Além das perguntas/questões formuladas pelos alunos, a professora pediu-lhes que observassem também outros aspectos do entrevistado: ambiente em que a entrevista foi concedida, vocabulário empregado, postura do entrevistado, vestimenta, usada, tom de voz, organização das ideias, capacidade de síntese.

Todos os aspectos acima mencionados são objeto de estudo na disciplina de Leitura, Interpretação e produção textual. Ou seja, os alunos puderam vivenciar, em situação real, os conteúdos estudados em sala de aula.

Conforme a ementa, um dos objetivos da disciplina é: reconhecer a linguagem jurídica como instrumento de socialização do conhecimento, levando em consideração a função social da linguagem; desenvolver a habilidade de comunicar-se, empregando adequadamente a linguagem nas diferentes situações de comunicação jurídica, de modo a qualificar-se para o exercício da carreira jurídica. Considera-se que a experiência descrita neste manuscrito oportunizou que tais objetivos fossem eficientemente alcançados.

Os alunos relataram, durante as apresentações, sobre como foram bem recebidos pelos seus respectivos entrevistados, sobre como eles se mostraram solícitos e como eles elogiaram a atividade da faculdade alegando que o contato,

desde o primeiro semestre, com profissionais que atuam na seara jurídica é uma excelente oportunidade para os alunos.

Há ainda que se evidenciar a oportunidade dos acadêmicos, durante a realização da atividade/entrevista proposta, de desenvolver competências interpessoais tão importantes e necessárias para o mercado de trabalho atualmente por exemplo, aprimoramento do uso da linguagem, interpretação de texto e raciocínio textual lógico.

Além disso, os estudantes evidenciaram bastante a vestimenta dos entrevistados e a capacidade de todos eles de falar bem. A professora, em sala de aula, retomou a questão da comunicação não-verbal como elementos importante do processo comunicativo e ainda a questão do marketing pessoal como outra competência profissional importante nos tempos contemporâneos.

Para evitar qualquer tipo de situação constrangedora, apenas ao final das apresentações, a professora teceu alguns comentários pertinentes a todos os alunos, além de retomar os conteúdos estudados ao longo do semestre (elementos da comunicação, níveis de linguagem, comunicação não-verbal, coesão, coerência, clareza, concisão, precisão vocabular etc.). Nesse momento, pode-se revisar alguns assuntos estudados ao longo do semestre na disciplina que serão extremamente úteis para os alunos ao longo de todo o curso e ao longo de toda a carreira profissional também.

Seguido o momento das apresentações, a professora convidou os alunos a avaliarem (verbal e brevemente) a experiência. Estes consideraram válida a experiência, mostraram-se satisfeitos com os resultados obtidos e relataram ter gostado de fazer a atividade proposta (conversar com alguém da área do direito sobre a realidade que eles/discentes enfrentarão).

Tal consideração foi significativa, pois uma parte importante do processo pedagógico é a autoavaliação, considera-se que esta experiência teve algumas limitações e desafios: alguns alunos entrevistaram o mesmo professor do curso de direito, por exemplo. Numa próxima realização de atividade semelhante, pode-se limitar o entrevistado a apenas um aluno, ou seja, cada aluno deve “ter” o seu próprio entrevistado. Pode-se também pensar na possibilidade de se exigir que os alunos apareçam na entrevista (em vídeo). Dessa forma, os alunos também trabalhariam a

própria comunicação não verbal (roupas, postura etc.).

A avaliação é concebida como processo, avaliação para a aprendizagem, e não avaliação da aprendizagem (Luckesi, 2011). É fundamental que o educador perceba se os estudantes estão fazendo uma conexão entre as várias atividades dos componentes curriculares, que se completam para o conhecimento de um conteúdo ou tema (Bacich; Moran, 2018).

Diante do exposto, considera-se como alguns possíveis desdobramentos dessa atividade (entrevista com profissional da área do direito): os alunos escreverem um relato de experiência para posterior submissão/apresentação na semana acadêmico do curso. E, ainda, pode-se pensar numa apresentação (das entrevistas que os alunos do primeiro semestre fizeram com os profissionais) para os alunos dos outros semestres do curso. Dessa forma, os alunos dos outros semestres atuariam como “avaliadores” da atividade.

Para a formação de profissionais em consonância com as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de direito (Brasil, 2018) e o PPC do curso, o ensino tradicional (aula expositiva) não é mais suficiente. Não que a aula expositiva não possa/deva ser empregada, mas, a depender dos objetivos didático-pedagógicos, outras metodologias (ativas) devem ser utilizadas.

Tanto as DCN's quanto o PPC acima mencionados objetivam, dentre outras coisas, desenvolver as competências comunicativas dos discentes (capacidade de falar e escrever bem, interpretar, analisar, reconhecer problemas e resolvê-los).

Para que essas competências sejam alcançadas, acredita-se que a utilização de atividades construídas no formato de entrevista possa ser uma eficaz estratégia de ensino-aprendizagem uma vez que são objetivos dessa técnica: que seus participantes desenvolvam a empatia (capacidade de se colocar no lugar do outro, o que é fundamental para as atividades profissionais dos futuros operadores do direito), a capacidade comunicativa oral, a capacidade de formular questões e de analisar situações de conflito, segundo não só o próprio ponto de vista, mas também o de outras pessoas envolvidas.

Além das competências acima mencionadas, a técnica da entrevista também oportuniza o desenvolvimento pessoal, aquisição de habilidades de relacionamento interpessoal, consciência de si mesmo, independência social, sensibilidade a

situações grupais.

Além disso, é uma técnica (entrevistar um profissional da área do direito) mais voltada para o desenvolvimento de habilidades e atitudes dos alunos; o que não impede que ocorra, considerando determinados conteúdos já estudados ou sendo estudados naquele momento, o aprendizado de outros conhecimentos técnicos.

Essa estratégia em muito incentiva a participação dos alunos e permite avaliar de que modo ele se comporta, na prática, como profissional diante das questões colocadas.

Compreende-se que a técnica de entrevistar outros profissionais da mesma área de atuação do aluno como uma metodologia ativa, corroborando para a ideia de conhecimento público da importância do emprego dessas metodologias no processo de formação discente, pois estas contribuem, também, para a superação do dogmatismo/pragmatismo do ensino jurídico.

Conforme Rodrigues (2005), o ensino do Direito continua adotando a mesma metodologia da época de sua criação: a aula-conferência, pois ela é a técnica preferencial do ensino tradicional. Em sua grande parte, seus professores possuem uma formação pedagógica insuficiente (ou mesmo nenhuma preparação didático-pedagógica) e se restringem em sala de aula a expor o ponto do dia, comentar os artigos dos códigos e contar casos de sua vida profissional, adotando um ou mais livros textos que serão cobrados nas verificações.

Apenas para ressaltar que não se pretende demonizar as aulas tradicionais. Elas são, em ocasiões oportunas, a depender dos objetivos traçados, extremamente necessárias e importantes.

Porém, as salas de aula, no Ensino Superior, devem superar a proposição dos conteúdos em uma abordagem mais diretiva e preocupar-se com uma proposta metodológica que contemple a formação plena do ser humano. Há necessidade de valorizar o saber fazer e o saber aprender, que é possível por meio das metodologias ativas (Darius; Lopes, 2017).

No curso de Direito, os estudos de caso (tão comuns, por exemplo, nas questões do exame da ordem) são metodologias ativas mais comumente empregados. Os métodos casuísticos são instrumentos metodológicos voltados a auxiliar no aprendizado e exercitar a capacidade de interpretar fenômenos, permitindo

que o aluno demonstre, na prática, o conhecimento adquirido nas aulas, bem como que o professor acompanhe o aprendizado dos discentes e a efetividade da metodologia (Said Filho; Acioly Filho, 2020).

As atividades pedagógicas de uma instituição de ensino devem ser orientadas a apresentar forte contextualização e correlação com a realidade, com o intuito de aplicar conteúdos efetivamente significativos para o desenvolvimento de competências úteis e necessárias à realização profissional e pessoal do estudante (Camargo; Daros, 2018). A metodologia ativa é uma forma de personalizar o aprendizado. Isto porque promove o desenvolvimento do potencial, do interesse e da percepção do aluno dando um significado útil ao conteúdo.

Finalmente, qualquer que seja a metodologia ativa empregada, seu sucesso depende, em grande parte, do professor (que é quem planeja a atividade). Conforme Rios (2006), o trabalho docente competente é um trabalho que faz bem, pois é aquele em que o docente mobiliza todas as dimensões de sua ação com o objetivo de proporcionar algo bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade. Assim, cabe ao professor utilizar todos os recursos de que dispõe – recursos que estão presentes ou que se constroem nele mesmo e no entorno – e o faz de maneira crítica, consciente e comprometida com as necessidades concretas do contexto social em que vive e desenvolve seu ofício contribuindo significativamente para a formação discente e, também, para a atuação profissional do acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do acima exposto, entende-se que processos que incentivam o discente a ter autonomia na formação do conhecimento possuem grande eficácia, pois o aluno precisa entender o seu papel na construção do seu saber.

A experiência acima descrita comprova que não há exigência de grande aparato tecnológico ou de altos custos para se propor/desenvolver uma metodologia ativa eficiente em sala de aula. Importante faz-se ressaltar que há necessidade que o docente sempre tenha em mente qual o objetivo almeja-se alcançar.

Em parceria (sempre!) com o aluno, tem-se o professor como um facilitador dessa busca pelo saber, sendo uma das atribuições docente pesquisar, desenvolver

e aplicar metodologias de ensino eficazes que estimulem o aluno a se interessar e tomar a frente do seu processo de aprendizado.

Assim, faz-se ainda necessário, para fins de registros, elencar que as instituições de ensino superior devem promover inovações didáticas que tornem a aprendizagem significativa, para que as atividades que envolvam metodologias ativas não sejam “de um ou de outro professor” ou “de uma ou de outra disciplina”.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma Educação inovadora** – Uma abordagem teórico prática. Porto Alegre: Penso 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 jan. 2023

BRASIL. **Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 jan. 2023.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018

DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; LOPES, Betania Jacob Stange. O uso da metodologia de problematização para o desenvolvimento de projeto integrador no curso de pedagogia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 983-1004, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9809>. Acesso em: 30 ago. 2023

FONSECA, Tânia Maria De Moura. **Ensinar e Aprender**: Pensando a prática pedagógica/ Tânia Maria de Moura. Ponta Grossa: SEED/PR, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uepg_ped_md_tania_maria_de_moura_fonseca.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato

pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, Rodrigo. Método Ativo: Técnicas de Problematização da Realidade aplicada à Educação Básica e ao Ensino Superior. *In*: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL “Educação e Contemporaneidade”. **Anais**. São Cristóvão, SE. 20 a 22 setembro de 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Pensando o ensino do Direito no século XXI**: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Prática jurídica e estágio nos cursos de Direito. *In*: SILVEIRA, Vladimir O.; SANCHES, Samyra H. D. F. N.; COUTO, Mônica B. (orgs.). **Educação jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 215-227.

SABBAG, Eduardo. **Manual de português jurídico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SAID FILHO, Fernando Fortes; ACIOLY FILHO, Evaldo Ferreira. Introdução do estudo de caso como ferramenta necessária ao adequado ensino da mediação no Brasil. *In*: ROCHA, Maria Vital da; BARROSO, Felipe dos Reis Barroso (orgs.). **Educação jurídica e didática no ensino do Direito**: estudos em homenagem Professora Cecília Caballero Lois. Florianópolis: Habitus, 2020. p. 117-134.



Este conteúdo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons BY-NC-AS 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)